

Uma radiografia completa dos currículos estaduais

Duas pesquisas analisam documentos para os anos finais do Fundamental e o Ensino Médio

Texto e edição ROSI RICO ■ Design VICTOR MALTA

Organizar e orientar a prática dos professores é premissa de todo currículo. Mas os detalhes de como esses documentos são elaborados e o que contêm variam bastante. Do muito ao pouco descritivo; dos que propõem apenas o que ensinar e aprender aos que incluem o como fazer tudo isso; dos que se restringem aos conteúdos aos que abrangem formação e avaliação. Não há um modelo único sendo utilizado no Brasil, como mostram duas pesquisas encomendadas pela Fundação Victor Civita (FVC), em parceria com Itaú/BBA, Instituto Unibanco, Fundação Itaú Social e Instituto Península.

O Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) se debruçou sobre as orientações curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental, enquanto a Fundação Carlos Chagas (FCC) se concentrou no Ensino Médio. Primeiramente, ambos tentaram analisar o que já havia sido produzido pelas 27 secretarias estaduais de Educação do país, utilizando como base os documentos

e também questionários enviados aos representantes de todos esses órgãos.

Uma constatação em comum aos estudos foi a existência de um movimento intenso para construir ou reconstruir documentos próprios. Segundo o Cenpec, nos anos finais do Fundamental 19 estados promoveram a renovação ou reformulação dos currículos até 2014. Outros cinco estão sendo elaborados ou renovados, enquanto três estados não implementaram ou não possuem os documentos. Já entre os 27 analisados pela FCC, nove entraram em vigência até 2010, 17 após esse ano e um estado (Alagoas) não formulou currículo (*veja mapas na página à direita*).

Embora sigam as diretrizes nacionais, os documentos curriculares dos estados para as duas etapas do ensino são muito heterogêneos entre si, revelando relativa autonomia e criando textos bastante diferenciados. Além disso, eles são muito desiguais em termos de complexidade ou de detalhamento. Para Gisela Lobo Tartuce, coordenadora da pesquisa realizada pela FCC, essa diferença também depende das condições das secretarias de Educação. “Há os casos em que se têm equipes grandes e consolidadas há tempos; e há aqueles em que os técnicos são poucos e trabalham em situações mais precárias. Os documentos situam-se, assim, entre extremos, o que revela a variedade existente no país e a impossibilidade de dizer que há currículos que o representam por inteiro”, completa a pesquisadora.

Ainda que heterogêneos, é possível apreender certas tendências nos documentos (*veja as leis que os influenciaram na linha do tempo que começa à direita*). Nos anos finais do Fundamental, as mudanças foram feitas com a adoção de novos princípios, que apontam

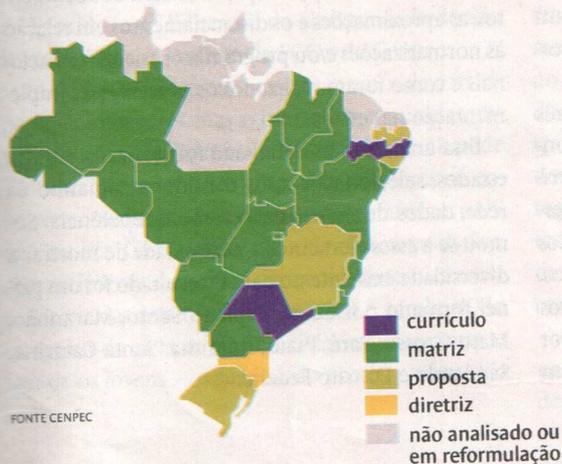
ANOS FINAIS DO FUNDAMENTAL

Quando foram reformulados ou elaborados os documentos



FONTE CENPEC

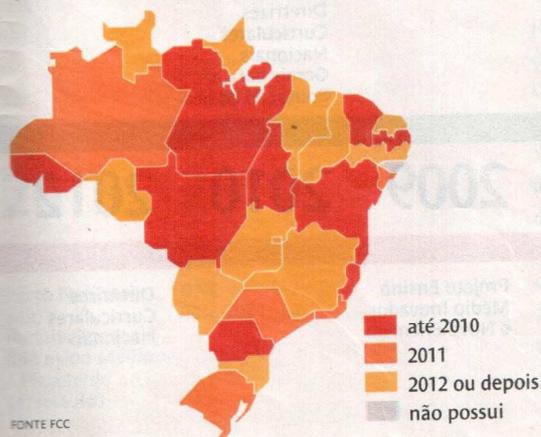
Qual modelo é utilizado



FONTE CENPEC

ENSINO MÉDIO

Quando foram elaborados



FONTE FCC

para uma discriminação mais pormenorizada de conteúdos, com maior detalhamento do que se deve ensinar e aprender ao longo dessa etapa.

O grau de especificação de metas ou objetivos e das abordagens metodológicas influenciou a definição feita pelo Cenpec para os tipos de documentos, ainda que os nomes oficiais sejam bem variados. Também foi analisada a intervenção no processo didático, a articulação com os sistemas de avaliação, a abertura à iniciativa da escola em sua construção e o detalhamento de progressão e do ritmo das aprendizagens. Da maior concentração desses elementos ao menor, os pesquisadores chegaram a quatro modelos: currículo, matriz, proposta e diretriz. “Como um mesmo documento pode apresentar traços conflitantes, pertencentes a mais de um modelo, buscamos apreender o que é preponderante. A tentativa é de entender o que norteia a elaboração deles”, diz Antônio Augusto Gomes Batista, coordenador de desenvolvimento de pesquisas do Cenpec.

Em 2014, a análise mostrou que 15, portanto a maioria, utilizam o modelo matriz curricular, termo que se refere a um modo de organização diferenciado, em que de um elemento considerado central decorre um conjunto de outros elementos, com um grau cada vez maior de especificação sobre o que ensinar e aprender. Por exemplo: do eixo temático para objetivos, depois conteúdos, expectativas de aprendizagem e assim por diante. “É diferente do que era feito antes dessa onda de renovação, cuja ênfase maior era na fundamentação teórica e na definição de objetivos mais gerais, o que fazia os documentos muito depen-

O que influenciou os currículos

Segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Terceira LDB

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

ANOS FINAIS DO FUNDAMENTAL

1971 1996 1998

ENSINO MÉDIO

Diretrizes Curriculares Nacionais

dentes da formação dos professores e de sua capacidade de articular essas teorias e objetivos com a prática pedagógica”, afirma Batista.

Iniciada em 2014 e concluída em abril de 2015, a pesquisa do Cenpec, após o estudo inicial de 23 documentos, restringiu seu foco para 16 deles, considerando como critérios o ano de elaboração – foram priorizadas as propostas mais recentes ou ainda em fase de implementação – e o ineditismo, optando por aqueles que não foram analisados em outros trabalhos conduzidos pelo centro de pesquisas.

Algumas questões pautaram esse segundo olhar mais aprofundado, como a verificação da influência dos sistemas de avaliação na elaboração dos currículos, a conciliação entre conteúdos universais e locais, a relação entre políticas centrais e locais, o modo como consideram a relativa autonomia das escolas, a atenção à diversidade cultural do país e a busca por especificidades que caracterizam os anos finais do Fundamental. Pontos difíceis de equilibrar, geram tensões e debates constantes, como exposto na reportagem que você confere a partir da página 56.

Uma terceira parte se concentrou no estudo de três casos, com o objetivo de verificar os processos e condições de produção e apropriação das políticas curriculares. Para tanto, foram feitas entrevistas com gestores das secretarias estaduais de Educação envolvidos na concepção e na implementação dos documentos, e também com diretores, coordenadores pedagógicos e professores de escolas nesses locais. A escolha foi por Pernambuco, Acre e São Paulo, por representarem

ciclos diferentes de implementação dos documentos, do inicial ao intermediário e avançado, respectivamente. Também foram consideradas a cobertura e a abrangência geográfica e a maior possibilidade de conseguir informações e entrevistas.

Como atrair o interesse dos jovens

No Ensino Médio, o currículo é reconhecido como um dos pontos fundamentais para reverter a situação de desinteresse e desmotivação dos jovens em permanecer na escola. Apontado como vilão por muitos, ele é classificado como desarticulado e com excesso de disciplinas e conteúdos. Não atenderia, portanto, às necessidades dos estudantes de 15 a 17 anos (*leia avaliação sobre esse quadro na entrevista da página 64*).

Para entender esse contexto, a pesquisa da FCC investigou o que está sendo proposto como política pública para o segmento e também procurou identificar quais as concepções que norteiam os documentos, as aproximações e os distanciamentos em relação às normatizações e/ou programas curriculares nacionais e como foram realizados os processos de implementação nas escolas.

Essa análise mais detalhada foi realizada em dez estados, selecionados após considerar tamanho da rede, dados de matrículas, evasão e repetência. Somou-se a esses elementos a necessidade de mostrar a diversidade existente no país. O resultado foi um painel formado por Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal.



Com esse recorte definido, a equipe de pesquisa realizou entrevistas com todos os gestores que cuidam do currículo do Ensino Médio nas secretarias desses estados, com o responsável pelo segmento na secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) e com o representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Um ponto de convergência entre os documentos investigados é a participação dos docentes no processo de produção. Quase a totalidade aponta isso, o que seria um reconhecimento da importância do envolvimento deles. “Quando os professores dão contribuição, as chances de implementação aumentam. Afinal, o documento não está acabado quando é entregue pela secretaria e o educador não vai implementar sem realizar nenhuma modificação. Ele reconstrói o currículo de acordo com sua formação, suas convicções e as condições oferecidas pela escola. Ele é construtor”, afirma Elba Siqueira de Sá Barretto, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e consultora da FCC e do Cenpec.

“A pesquisa não captou os mecanismos da participação dos docentes, mas as entrevistas realizadas nos permitem afirmar que ela é bastante desigual: pode ser baseada em representantes de professores ou envolver consulta a todos, via alguma plataforma online”, explica Gisela. Para ela, essa diferença deriva, provavelmente, da própria desigualdade técnica entre as secretarias estaduais de Educação e, também, do tamanho da rede de ensino. “Mas causa espanto o fato de os jovens – os sujeitos do processo educativo

– não terem sido sequer ouvidos. Nenhuma das secretarias mencionou esses atores na elaboração curricular”, completa a pesquisadora.

Oito dos dez estados pesquisados no Ensino Médio pela FCC possuem um texto introdutório no qual se discorre sobre fundamentos norteadores, normalmente centrados no aprimoramento do educando, no desenvolvimento de sua autonomia intelectual e do pensamento crítico. “Em geral, há intenção de ultrapassar um ensino focado apenas na transmissão dos saberes escolares para se alcançar outro, mais integrado, que articule diferentes tipos de conhecimentos e seja capaz de promover a participação do estudante”, afirma Gisela. A questão principal é como conseguir chegar a isso.

Outra similaridade entre as entrevistas realizadas nas dez redes é que elas colocam como principal foco dessa etapa de ensino e motivação central dos alunos a continuidade de estudos. Daí decorreria o fato de o novo Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) – ao lado do Programa Ensino Médio Inovador (Proemi) – surgir como a proposta do governo federal que mais impacta as discussões sobre currículo e que induz as políticas estaduais. A influência de sistemas de avaliação externa aproxima, mais uma vez, os documentos curriculares dos segmentos de ensino estudados pelo Cenpec e pela FCC.

Ao investigar como estão os currículos nos estados, as duas pesquisas também contribuem para o atual debate sobre a Base Nacional Comum, documento que irá definir o que todos os alunos brasileiros precisam aprender em cada etapa da Educação Básica. “Todas essas tentativas dos estados de fazer propostas mais específicas, mais claras sobre o que deve ser aprendido e ensinado, precisam ser levadas em conta nessa construção”, afirma Elba. ■

PNE
2015-2024

2013 2014

Pacto Nacional
pelo
Fortalecimento
do Ensino Médio
e Projeto de
Lei nº 6.840

PNE
2015-2024

Hora de enfrentar cinco conflitos

Para avançar no debate, impasses importantes precisam ser resolvidos

Texto LUCIANA ALVAREZ • Design VICTOR MALTA • Edição ROSI RICO

1 Como articular conteúdos de diferentes disciplinas?

Poucos termos são tão repetidos entre os objetivos dos documentos curriculares estaduais, mas tão difíceis de colocar em prática quanto interdisciplinaridade. O desafio de fazer um trabalho em conjunto – que envolva as diferentes áreas, sem perder o foco nas particularidades de cada uma – não consegue ser resolvido nos textos oficiais das redes.

Assim, cabe às escolas abraçar de fato essa meta, fazendo planejamento desde o início do ano e usando o horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) para articular os diferentes professores. “Não há receita para a interdisciplinaridade. Isso será feito de acordo com o contexto e as possibilidades de integração das escolas”, diz Elba Siqueira de Sá Barretto, professora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e consultora da Fundação Carlos Chagas (FCC) e do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Entre as barreiras para a interdisciplinaridade está a organização dos cursos universitários para docentes, aponta Bernardete Gatti, vice-presidente da FCC. “A própria formação de pro-

fessores no Ensino Superior é disciplinar e não há quase nenhuma interação entre as diferentes licenciaturas”, diz. Assim, é preciso vencer uma cultura que tradicionalmente oferece ao educador o conhecimento de maneira fragmentada.

Nos documentos oficiais das redes estaduais para o Ensino Médio, há claramente um discurso de currículo integrado. A intenção é de ultrapassar o ensino com foco apenas nos saberes escolares, de maneira a associar conhecimentos e ampliar a participação do aluno. Muitas vezes se destaca a importância de considerar o saber prévio do jovem, mas, de maneira geral, não há muito detalhamento de como as disciplinas e os conteúdos podem ser articulados.

Entre os documentos curriculares estaduais para os últimos anos do Ensino Fundamental, há casos com indicações pontuais de possibilidades de trabalho interdisciplinar. Os fundamentos teóricos se apoiam com frequência no psicólogo bielorrusso Lev Vygotsky (1896-1934), o que é coerente com essa intenção de interligar conteúdos e áreas. Em metade das redes, porém, a interdisciplinaridade é assumida como um princípio norteador, mas não é algo que se concretiza, porque as metas dos currículos são, em grande parte, explicitamente disciplinares.

2 Como respeitar a autonomia de professores e gestores?

Anos de trabalho, discussões com diversos setores, documentos extensos. Tudo isso é importante, mas tanto esforço precisa chegar à sala de aula. E quem faz isso são os gestores e os professores. O documento só pode ser traduzido para a prática nas instituições de ensino.

Portanto, uma boa política curricular deve considerar que a ação do educador vai muito além de aspectos técnicos, como o de simplesmente operacionalizar atividades e ideias que venham de outro lugar, defende Antonio Carlos Rodrigues de Amorim, professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “Os docentes produzem conhecimento nas ações pedagógicas que realizam. A elaboração dos documentos curriculares necessitaria levar em consideração as dimensões produtivas e criativas do trabalho deles.”

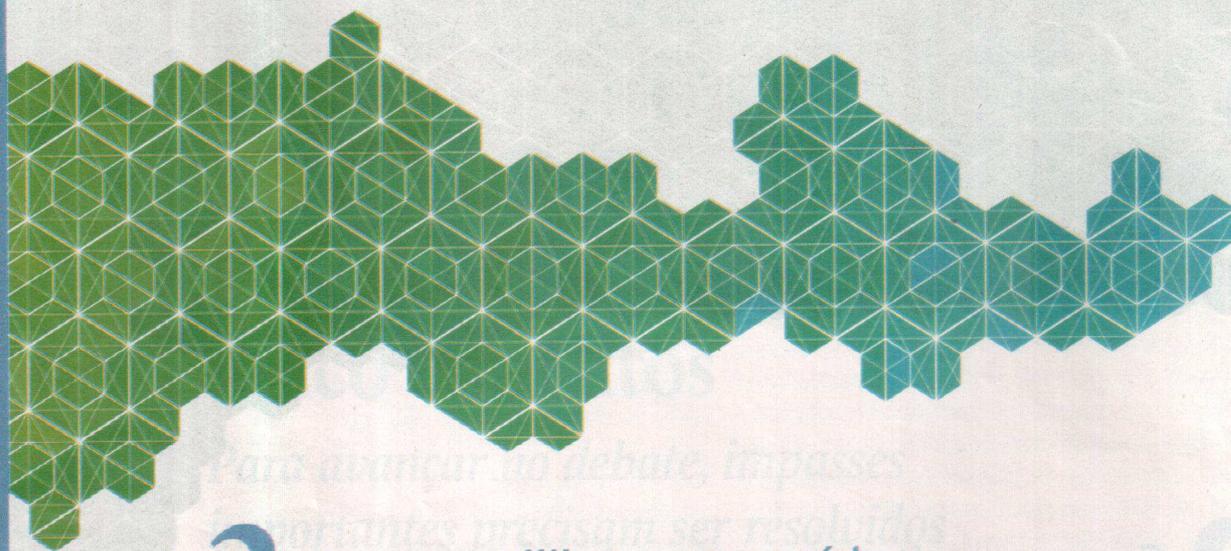
Nos currículos do Ensino Médio, o nível de detalhamento sobre o que ensinar varia bastante. Há alguns que especificam os conteúdos bimestre por bimestre, outros são bem mais genéricos. Quase todos, porém, sugerem princípios avaliativos e alguns fornecem orientações e sugestões de atividades sobre como ensinar. A questão que se coloca, muitas vezes, é quanto de descrições é necessário para garantir um bom trabalho para o educador. E, também, a de identificar a barreira que não deve ser ultrapassada para não interferir na autonomia do professor em sala.

“Por mais prescritivos e detalhistas que sejam os documentos curriculares, é certo que quanto melhor

a formação do docente, mais ele conseguirá desfrutar de certa liberdade”, avalia Bernardete. “O professor bem formado sempre terá um bom grau de autonomia, tanto pelo seu domínio da matéria e outros saberes associados como pelo seu conhecimento pedagógico”, afirma a educadora.

Uma análise mais aprofundada sobre a elaboração dos documentos curriculares para os últimos anos do Ensino Fundamental em três estados (São Paulo, Pernambuco e Acre), feita pelos pesquisadores do Cenpec, mostrou que todos tinham a intenção de aproximar o texto de situações reais de trabalho dos professores, com orientações específicas para sala de aula. Mas isso não basta. As secretarias reconhecem que a implementação do currículo só é possível se gestores e docentes aderirem a ele.

A formação dos docentes foi o caminho escolhido pelos três estados. No Acre, a secretaria fez parcerias com universidades de maneira a formar profissionais mais próximos do perfil esperado, ou seja, com aulas que seguem pressupostos semelhantes ao do documento curricular. Em Pernambuco, a participação dos educadores na elaboração do currículo foi a principal maneira de engajamento. Além disso, um dos documentos que compõem as indicações do estado tem por objetivo orientar a formação continuada dos professores, que precisa ser organizada em torno da proposta curricular. Em São Paulo, os novos concursados passam por uma formação na qual o currículo e suas metodologias são amplamente discutidos.



3 Como equilibrar o conteúdo comum e o diversificado?

Ao fazer ou refazer seus documentos curriculares, os estados têm se lançado num esforço de centralização, com o objetivo de atingir certos padrões comuns de qualidade do ensino. Sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental, como analisado pelo Cenpec, há um foco na padronização da rede, em detrimento às iniciativas locais – apenas três estados se ocupam de tratar em profundidade a parte diversificada do currículo. Além disso, a pesquisa para esse nível de ensino identificou um claro movimento de uniformização, o que significa que o alinhamento com políticas centrais – os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são os mais citados, seguidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais – acaba se sobrepondo aos aspectos regionais.

Essa tendência é observada também na etapa final da Educação Básica. “Com a quantidade de conteúdos explicitada nos currículos para os três anos do Ensino Médio (ou mesmo com o número de competências e de objetos de conhecimento relacionados na Matriz do Enem), os jovens – e também os professores – não têm tempo para fazer mais nada na escola”, diz Gisela Lobo Tartuce, coordenadora da pesquisa da FCC.

Se o excesso de conteúdos do que é comum não deixa espaço para a parte diversificada, também é preciso considerar que os estados têm limitações para desenvolver atividades diferentes, como contrato e jornada dos professores. As secretarias estaduais visitadas também parecem pouco orientar as escolas nessa direção. Além disso, os livros didáticos têm o foco

no âmbito nacional, dificultando o tratamento de aspectos ligados às regiões. Enfim, são vários os fatores que dificultam esse trabalho. “A parte diversificada merece ser analisada com cuidado e questionada, pois nem sempre é tão diversificada assim; ela é comum na oferta de uma mesma língua estrangeira, como por exemplo inglês”, complementa Gisela.

A tensão entre o central e o local escamoteia um problema maior, que é definir quais valores, estratégias de pensamento, conhecimentos de cada área e temas que, por sua importância na vida contemporânea e em razão do interesse que despertam nas novas gerações, devem compor o currículo. “O que se nota é a disputa do que precisaria ser contemplado como mínimo. Nesse jogo de poder, as disciplinas buscam garantir sua presença. Mas, na batalha entre parte comum e diversificada, essa última fica sempre em segundo plano”, afirma Amorim.

Bernardete classifica a discussão como complexa. “Conhecimentos básicos são comuns: ler e escrever, saber interpretar textos diferenciados, tomar ciência dos espaços de vida, dos habitats, por exemplo. Mas currículos precisam ter espaços de flexibilidade”, afirma. A iniciativa para conseguir isso pode ser dos gestores. “Localmente, diretores podem acionar os recursos da comunidade e apoiar professores e alunos a integrá-los aos trabalhos escolares, seja criando atividades na instituição, seja levando os alunos para contextos social, ambiental e cultural diferentes, median-te projetos bem orientados”, sugere.